

# HOUVE UM DIALETO ÍTALO-PAULISTANO?

## Ci fu un Dialetto Italo-paulistano?

## Was There an *Italo-paulistano* Dialect?

RAFAEL CESAR SCABIN\*

GILIOLA MAGGIO\*\*

**RESUMO:** Durante as primeiras décadas do século XX, começou-se a falar na existência de um dialeto ítalo-paulistano ou ítalo-paulista. As referências a tal dialeto, entretanto, estão quase sempre ligadas a um gênero de textos cômicos publicados na imprensa periódica paulistana, principalmente da personagem Juó Bananére. O presente artigo analisa os sentidos presentes nesse termo e como podemos entender a relação entre o *falar* dos imigrantes ítalo-paulistanos e essa representação estilizada. Nesse sentido, percorre-se criticamente seu uso, desde os escritores de então até os estudos históricos e linguísticos mais recentes. A base da análise são os conceitos bakhtinianos de *refração*, que aponta o quanto as obras ideológicas não são um simples reflexo da realidade, e o de gênero discursivo, que reconduz as características formais de uma dada estilística à situação de interação social que lhe dá origem. Dessa forma, olhar para o dialeto ítalo-paulistano representado em textos ficcionais como um registro documental de uma linguagem social, ignorando os processos de adequação ao gênero, distorce nossa percepção a respeito da realidade linguística dos ítalo-paulistanos. Por outro lado, as fronteiras identitárias demarcadas nesses discursos são bastante reveladoras das tensões sociais presentes no contexto da imigração italiana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dialeto ítalo-paulistano; Imigração italiana; Juó Bananére.

**ABSTRACT:** Durante i primi decenni del ventesimo secolo si è cominciato a parlare dell'esistenza di un dialetto italo-paulistano o italo-paulista. I riferimenti a un tale dialetto, tuttavia, sono quasi sempre legati a un genere di testi comici pubblicati sulla stampa periodica di San Paolo, soprattutto del personaggio Juó Bananére. In questo articolo vengono analizzati i significati presenti in quel termine e come si può intendere il rapporto tra il linguaggio degli immigrati italo-paulistanos e la sua rappresentazione stilizzata. A questo fine, ripercorriamo criticamente il suo uso, dagli scrittori dell'epoca ai più recenti studi storici e linguistici. Alla base dell'analisi ci sono i concetti bachtiniani di *rifrazione*, che sottolinea quanto le opere ideologiche non siano un semplice rifles-

\*Universidade de São Paulo (USP)

rafael.scabin@usp.br (ORCID: 0000-0001-9108-8762)

\*\*Universidade de São Paulo (USP)

gilimaggio@usp.br (ORCID: 0000-0003-1288-6681)

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-8281.v0i40p5-18>



so della realtà, e quello di genere discorsivo, che riconduce le caratteristiche formali di una data stilistica alla situazione di interazione sociale che le dà origine. Quindi, guardare il dialetto italo-paulistano rappresentato nei testi di finzione come documento di un linguaggio sociale, ignorando i processi di adattamento al genere, distorce la nostra percezione della realtà linguistica degli italo-paulistanos. D'altra parte, i confini identitari delimitati in questi discorsi rivelano molto fortemente le tensioni sociali presenti nel contesto dell'immigrazione italiana.

**PAROLE CHIAVE:** Dialetto italo-paulistano; Immigrazione italiana; Juó Bananére.

**ABSTRACT:** In the first decades of the twentieth century, the existence of an italo-paulistano dialect or italo-paulista dialect started to be discussed. References to such a dialect, however, are almost always linked to a genre of comic texts published in the São Paulo periodical press, mainly of the character Juó Bananére. This article analyzes the meanings present in the "italo-paulistano dialect" and how we can understand the relationship between the speech of Italian immigrants of São Paulo and this stylized representation. In this sense, we critically explored its use, from the writers of that time to the most recent historical and linguistic studies. The basis of the analysis are the Bakhtinian concepts of *refraction*, which points out how much the ideological works are not a simple reflection of reality, and discursive genre, which connects the formal characteristics of a given language style to the situation of social interaction where this style emerges. Thus, looking at the italo-paulistano dialect represented in fictional texts as a documentary record of a social language, ignoring the processes of adaptation to gender, distorts our perception of the linguistic reality of italo-paulistanos. On the other hand, the identity boundaries demarcated in these speeches are quite revealing of the social tensions present in the context of Italian immigration.

**KEYWORDS:** Italo-paulistano dialect; Italian immigration; Juó Bananére.

## 1. Introdução

A pergunta que intitula esse artigo tem um lado provocativo. Sugere uma resposta direta, “sim” ou “não”, que o leitor não encontrará ao final. Em vez disso, põe-se aqui em causa a própria pergunta. O objetivo é compreender porque nas primeiras décadas do século XX começou-se a usar o termo “dialeto italo-paulistano” ou “italo-paulista” e com quais sentidos.

Isso não implica abster-se de formular hipóteses a respeito de algumas características da linguagem utilizada pelos italo-paulistanos de então, reconhecendo as limitações impostas pela escassez de dados existentes. Se essa linguagem pode ou não ser classificada como dialeto depende, evidentemente, da definição que se dê ao conceito. Não nos interessa aqui entrar em uma discussão conceitual ou adotar uma definição rígida. Dado que o termo já estava em circulação na própria época, é mais importante analisar por que se adotou essa terminologia, que depois foi replicada em textos de memorialistas e pesquisadores, muitas vezes sem reflexão.

## 2. Dialeto ou interlíngua?

Como ponto de partida, podemos considerar dialeto simplesmente um conjunto de escolhas linguísticas que um determinado grupo usa para se comunicar. Não está em questão, nesse caso, a distinção entre língua e dialeto ou o problema das diferentes variedades de uma língua. A partir daí, para delinear melhor o problema, podemos desdobrar a pergunta-título da seguinte forma: é possível identificarmos, no contexto da maciça presença de imigrantes italianos na cidade de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX, um conjunto de escolhas linguísticas que se possa chamar dialeto ou língua italo-paulistana?

Dizer que a enorme quantidade de imigrantes italianos instalados em São Paulo tivesse dificuldades em falar a língua local, ao menos inicialmente, e a misturasse com sua própria língua é apenas uma obviedade. A verdadeira questão é se as formas utilizadas chegaram a atingir algum nível de estabilidade, ao ponto de adquirir uma face própria e ser compartilhadas por uma comunidade de falantes. É isso que se sugere com a adoção do termo dialeto italo-paulistano ou, pelo menos, é o sentido que lhe atribuem alguns autores, como veremos.

Em relação à situação linguística da imigração italiana no Brasil, podemos identificar diferentes situações a partir dos diferentes modelos de integração social. Nas áreas de “colonização”, sobretudo ao sul do país, em que ocorre um mínimo de isolamento e de prevalência de uma ou poucas proveniências regionais, pode-se verificar a formação de uma *coiné* a partir de um dialeto de origem, ou a estabilização de uma forma mista compartilhada, como o conhecido caso do Talian, em que a partir de uma base vêneta são incorporados elementos da língua local e de outros dialetos. Nas fazendas de café paulistas é comum que a convivência de uma pluralidade de origens regionais e nacionais, bem como a pouca presença de escolas italianas, favoreça a adoção do português como língua comum, ainda que, em alguns casos, possa ser apenas parcialmente adquirida. Os centros urbanos apresentam diferentes situações, mas o caso

de São Paulo, pelo grande volume de italianos de diferentes regiões é emblemático. Por um lado, a presença de associações, da imprensa em língua italiana *standard* e do contato – inclusive, com grande frequência de matrimônios entre pessoas de diferentes regiões – favorecem a adoção do italiano *standard* como língua comum e o surgimento de formas mistas. Por outro lado, o surgimento de aglomerações regionais em algumas localidades da cidade representa uma pressão em direção à fragmentação, ao mesmo tempo em que a convivência já bastante fragmentada linguisticamente, em contato com a população local e de outras nacionalidades, representa uma pressão em direção à adoção do português (VEDOVELLI, 2011, p. 327-343).

Se com o uso do termo “dialeto ítalo-paulistano”, referindo-se ao aparecimento de formas mistas de italiano ou dialetos italianos e português, indica-se não um conjunto de escolhas linguísticas compartilhadas por um grupo, mas o processo individual de aquisição de uma segunda língua em contexto migratório, estamos diante de uma “interlíngua”. A interlíngua é a variedade de uma segunda língua falada por um aprendiz, caracterizada por regras pertencentes em parte à segunda língua, em parte à língua de origem e em parte independentes de ambas (PALLOTTI, 1998, p. 13). A diferença, nesse caso, não está no caráter sistêmico, também suposto pelo conceito de interlíngua, mas no enfoque que o conceito dá ao processo individual de aquisição de uma segunda língua. Se for esse caso, as semelhanças formais que podemos encontrar entre um falante e outro se refeririam a analogias no processo de aquisição e não propriamente a uma forma linguística compartilhada por um grupo de falantes.

Seria possível realizar essa distinção no contexto de que nos ocupamos? Se, por exemplo, encontrássemos essas formas misturadas de variantes de português com variantes de italiano e dialetos italianos em falantes nascidos no Brasil ou que usassem essas variantes em sua língua materna, seria um forte indício da formação de uma nova variedade. Se essas formas se repetissem com um número mínimo de constância em vários falantes e fossem transmitidas à segunda ou próximas gerações, seria outro forte indício da formação de um dialeto. Infelizmente, insistimos, se houve um dialeto assim entendido, tratava-se de uma linguagem oral que não deixou registros diretos<sup>1</sup>.

A bibliografia a respeito da cidade de São Paulo aponta para uma rápida aquisição da língua local por parte dos imigrantes italianos, muitas vezes já na segunda geração. Como aponta Mario Carelli:

Entre a total assimilação linguística, que intervém quase sempre na segunda geração nas famílias italianas, e o amálgama macarrônico das duas línguas, praticado pelos emigrados que chegam a São Paulo, existem diversas etapas. Por outro lado, as relações linguísticas se desenvolvem em duas direções: de um lado, os italianos se adaptam como podem ao português e, de outro, eles contribuem para modificar pelos menos algumas características do linguajar paulistano. (1985, p. 52)

1 Federico Croci (2008) estudou as Cartas de Chamada que os imigrantes já estabelecidos no Brasil escreviam a seus parentes italianos e nas quais podemos encontrar algumas adoções, sobretudo lexicais, do português e uma forte influência dialetal. Tratava-se, no entanto, de uma linguagem escrita, ainda que canhestamente, uma forma de italiano popular.

### 3. As referências ao dialeto ítalo-paulistano

Afinal, de que se está falando quando se usa o termo “dialeto ítalo-paulistano” ou uma de suas variações? Por que ele se consolidou e passou a ser repetido por diversos autores? A pista inicial nos é dada pelo clássico *Italianos no Brasil*, de Franco Cenni (2011 [1960]). Começamos com essa referência historiográfica não apenas pela exemplaridade da citação mas, principalmente, pela grande influência que essa obra incontornável passou a exercer nos estudos da imigração italiana no Brasil. Sobre o falar imigrante, diz:

a documentação mais humana do que era, na realidade, em tempos idos, a língua ítalo-brasileira tão comumente falada em São Paulo foi deixada pelo engenheiro Alexandre Machado Ribeiro Marcondes [sic], que se tornou popularíssimo como escritor e jornalista assinando ‘Juó Bananére, poeta e barbiere in coppa do Viaduto’. Seus poemas (que muitas vezes parafraseavam versos célebres) refletem com a maior exatidão um linguajar que, no seu tempo, podia ser ouvido nos quatro cantos da cidade e possuem, portanto, um incontestável valor documentário. (CENNI, 2011 [1960], p. 334)

Aqui o termo usado é “língua ítalo-brasileira”, o que à primeira vista mitigaria a especificidade paulistana<sup>2</sup>. Porém, logo após transcrever uma poesia de Juó Bananére, o autor especifica que essa exatidão “se refere em particular à cidade de São Paulo”, admitindo que as mesmas observações não valeriam para outros estados ou mesmo para a situação das fazendas de café paulistas (p. 335). Cenni atribui o conceito de “língua ítalo-brasileira” a um estudo de Ivan Silva, “O Linguajar Paulistano”, publicado em 1941.

Há duas questões fundamentais nesse trecho de Franco Cenni. Em primeiro lugar, essa interpretação de uma língua com formas mistas de italiano e português, que se ouvia nos quatro cantos da cidade, destoa do quadro de testemunhos com que Cenni inicia essa seção, chamada “Curiosidades Linguísticas” (p. 326-332). O conjunto de citações que o autor apresenta para demonstrar a grande presença da língua italiana em São Paulo exprime uma situação muito mais plural e caótica do que sugere a ideia de uma “língua ítalo-brasileira”: “Fala-se mais o idioma de Dante”; “vários cocheiros de tálburis, os quais se exprimiam nos mais diversos dialetos italianos, como predominância do napolitano”; “em São Paulo todos os dialetos se fundem sob o influxo de vênets e toscanos”; “seus dialetos, frente aos quais o próprio italiano, muitas vezes, poderia parecer outra língua”. Além disso, aponta a rápida adoção do português pelos imigrantes. Poderiam, é claro, referir-se a momentos diferentes, mas o autor não chega a tratar dessa aparente contradição. Como veremos adiante, as referências existentes parecem reforçar a manutenção de uma diversidade de formas. Isso nos leva a aventar a hipótese de que, ao quadro linguístico plural, Cenni sobrepõe, com a adoção do conceito de língua ítalo-brasileira emprestado de Ivan Silva, uma moldura homogeneizadora.

A segunda questão fundamental do trecho de Cenni é a escolha de Juó Bananére. A ligação da expressão “dialeto ítalo-paulistano” com os textos de Juó Bananére é o elemento mais

2 Embora Cenni adote “língua” em vez de “dialeto” ítalo-paulistano, o autor não se baseia em uma contraposição entre “língua” e “dialeto”, como está claro nos trechos subsequentes. A preferência por “língua” parece ser aqui uma repetição da nomenclatura de Ivan Silva.

constante na bibliografia de memorialistas, historiadores e, principalmente, de críticos literários. São peças que caminham juntas, como uma referência casada. Antes de mais nada, essa característica se justifica pelo grande sucesso da personagem, que acabou por virar uma espécie de símbolo do imigrante italiano de São Paulo, como já indicava Alcântara Machado (BANANÉRE, 2001, p. XV-XX). Mas, a reforçar a ideia de que estamos diante de uma transmissão ao longo da bibliografia, está o fato de a citação casada se manter mesmo quando usada com sentidos diferentes. O memorialista Jacob Penteadado, por exemplo, que aborda o italiano a partir de uma pluralidade de linguagens, regionalismos e tipos sociais, une os termos justamente para declarar a absoluta especificidade da linguagem da personagem:

O Bom Retiro, então, passou a ser verdadeiro manancial de inspiração para o conhecido escritor Juó Bananére, que tão bem satirizou os usos e costumes dos habitantes do bairro (...), empregava uma linguagem exclusivamente sua, um dialeto ítalo-paulistano, bem macarrônico”. (PENTEADO, 2003, p. 35)<sup>3</sup>

Na citação de Jacob Penteadado, a presença do artigo indefinido, “um dialeto”, e a afirmação de exclusividade autoral dessa linguagem invertem a imagem de reprodução exata usada por Cenni.

Curiosamente, Oswald de Andrade, editor de *O Pirralho*, onde se publicava a coluna de Juó Bananére, mesmo buscando afirmar seu próprio pioneirismo no uso dessa linguagem, refere o fato justamente quando descreve Marcondes Machado, reforçando mais uma vez a referência casada:

Eu iniciara em dialeto ítalo-paulista as ‘Cartas d’Abaxo Piques’, que encontraram um sucessor em Juó Bananére. Parecia ele um moço tímido e quase burro, mas seu êxito foi enorme quando tomou conta da página da revista intitulada ‘O Rigalejo’. Chamava-se Alexandre Marcondes e era primo do futuro Ministro do Trabalho. (ANDRADE, 1990 [1954], p. 68)

Não é possível afirmar em modo definitivo mas, por quanto pudemos verificar nas publicações da época até o momento, o mais provável é que a expressão *dialeto ítalo-paulistano*, ao menos nessa forma substantiva e bem demarcada, tenha surgido justamente para classificar a linguagem utilizada por Juó Bananére, ainda que entendida como reflexo da linguagem utilizada por um grupo social. De todo modo, ainda que essa gênese não possa ser totalmente assegurada, a ligação intrínseca entre o conceito e os textos de Bananére é bastante evidente.

Na revista *O Pirralho*, quando se procurou nomear a linguagem de Juó Bananére, para anunciar a publicação de seus textos, usou-se o termo “língua do Abaixo Piques” (O PIRRALHO 102, 2 de agosto de 1913). A mesma expressão, “popular língua d’Abax’o Piques”, foi usada pela revista *O Queixoso* em 1915 para divulgar a publicação de *La Divina Incrensa* (CAPELA, 2009, p. 29), o livro que reunia as paródias poéticas do autor e foi seu maior sucesso. Trata-se

3 Vale ressaltar que, nesse caso, a utilização de “dialeto” por Jacob Penteadado não se justifica por uma contraposição a uma visão normativa de “língua”, já que nessa obra o autor descreve muitas outras formas mistas de italiano e português, bem como desvios da norma culta, sem agrupá-los nesse conceito de “dialeto” citado no trecho. Tal indício reforça a hipótese da ligação entre esse conceito e a língua estilizada de Juó Bananére.

de uma delimitação muito mais restrita. Não significa que não se apontasse a ligação entre a língua do Abaixo Piques e o contexto paulistano de trocas linguísticas. Já no ano anterior, um texto que tratava do caos linguístico da cidade afirmava:

A língua portuguesa, em São Paulo, está se caldeando com a italiana, mediante transfusões vocabulares e mutuos empréstimos de termos da gíria pelos dois idiomas. É o que explica o sucesso das *Cartas d'abaixo Piques*. Juó Bananére é, segundo a chapa em voga, o expoente literário da nossa cultura. (O PIRRALHO 34, 30 de março de 1912, p. 14)

Uma coisa é reconhecer o nexos existente. Outra coisa, muito diferente, é delimitar uma classificação que abrirá a possibilidade de estabelecer uma sinonímia. Esse salto está bem visível no comentário que Alcântara Machado escreveu por ocasião da morte do autor Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, em 1933. Entretanto, o texto ainda apresenta uma pluralidade de nomes e adjetivações que não indicam a demarcação de um conceito acabado. Encontramos no texto “fala do Brás”, “fala ítalo-paulista”, “língua misturada do Brás”, “português macarrônico dos italianos de São Paulo”, “salada ítalo-paulista das costureirinhas, dos verdureiros, dos tripeiros, também de alguns milionários e vários bacharéis” (BANANÉRE, 2001, p. XV-XX).

Apenas um mês depois, o *Diário do Abaixo Piques*, jornal que Marcondes Machado havia fundado naquele mesmo ano, também a propósito de sua morte, exprimia-se com um conceito semelhante, mas dando um peso maior ao aspecto autoral dessa linguagem:

Neste gênero Juó Bananére era único. Utilizando-se de um idioma exclusivamente seu, ele fugia ao perigo de ser traído pelo linguajar correto, que está viciado em contar pretextos. Juó Bananére, para fazer rir, despia os homens enroupados em vernáculo, e apresentava-os nós, no dialeto ítalo-paulista do Abaixo Piques (DIÁRIO DO ABAX'O PIQUES 17, 30 de setembro de 1933)

Levando-se em conta que o desenvolvimento da ideia de um dialeto ítalo-paulistano está estreitamente ligado à linguagem dos textos de Juó Bananére e outras personagens macarrônicas, como o Anibale Scipione de Oswald de Andrade, fica claro que o problema central é saber em que medida essa língua é representativa do modo de falar dos ítalo-paulistanos. Não há espaço para aprofundar essa discussão aqui. Para podermos continuar, basta ressaltar que, ainda que haja um consenso a respeito de a linguagem de Juó Bananére possuir ao mesmo tempo um aspecto documental e um aspecto autoral, a divergência entre os estudiosos está justamente em quais desses aspectos sua metodologia de análise privilegia.

Cenni, como vimos, indicava um reflexo com “exatidão”. Otto Maria Carpeaux, em outro texto clássico sobre Bananére, cita o “dialeto ítalo-português” para, em seguida, afirmar que “não é dialeto”, mas “mistura intencional e literária de duas línguas para fins parodísticos” (BANANÉRE, 2001, p. XI), criando uma linha interpretativa estetizante que encontrará continuadores. O único modo de saber o grau de distorção dessa estilização das colunas em macarrônico seria podermos comparar com registros da fala desses imigrantes. Trata-se de uma lacuna

insuperável.

No entanto, examinar os critérios de representação linguística utilizados pelos autores revela os discursos e as tensões sociais que estão em jogo. Usamos o conceito de representação linguística na acepção de Bakhtin (2015), indicando que a incorporação de uma linguagem social em uma obra literária dá-se sempre como representação, dado que supõe a adoção de critérios estéticos específicos que respondem a determinações dos gêneros discursivos de que fazem parte (BAKHTIN, 2016). Não há sentido em tratar a linguagem das colunas em macarrônico como reflexo de uma linguagem social. Para isso, teríamos que nos perguntar que critérios de seleção o autor usou, quem ele ouviu e em qual situação, e assim por diante.

Independentemente do grau de correspondência com os falantes reais, a extensão de um conceito referente a um autor ou a um bairro à coletividade italiana da cidade como um todo indica uma operação de demarcação de uma identidade atribuída, que tem na língua seu elemento de diferenciação.

#### 4. A literatura dialetal

Em 1913, a revista *O Pirralho* propôs uma enquete literária a ser respondida por personalidades da vida intelectual, chamada *São Paulo Intellectual*. As respostas foram publicadas em diversos números e, devido ao aparente sucesso, contou com uma segunda série de respostas no ano seguinte. Entre as perguntas sobre poetas e prosadores paulistas, jornalismo literário e a Academia Paulista de Letras, havia uma diretamente ligada ao nosso tema: “O que pensa da literatura dialectal do Estado?”.

Avaliando-se o conjunto das respostas, a pergunta pode parecer despropositada. Boa parte dos entrevistados afirma não existir uma literatura dialetal ou ser totalmente inexpressiva. Aparecem com frequência os nomes de Cornélio Pires e Valdomiro Silveira, no mais das vezes para indicar a exiguidade de autores ou, depreciativamente, sua pouca importância. O que justificaria, então, essa pergunta em meio a questões centrais a respeito da literatura paulista? A resposta pode estar na própria seção de anúncios da revista, que durante aquele período trazia uma publicidade de página inteira do último livro de Cornélio Pires, “Scenas e paisagens de minha terra; versos velhos-musa caipira”. Isso sem falar do sucesso que o mesmo autor fazia na imprensa periódica com suas personagens caipiras. A presença dessa pergunta indica que a publicação de livros em linguagem caipira, com seu presumido sucesso, colocava o assunto na ordem do dia. Sem procurar tirar maiores conclusões, podemos afirmar a partir do deslocamento entre a pergunta e as respostas dos entrevistados que se estava discutindo a legitimação dessa produção como literária ou não, bem como o estatuto da linguagem utilizada naquelas obras.

Vejamus a resposta de Amadeu Amaral à enquete, alguns anos antes da publicação de *O dialecto caipira*:

Não me parece que podemos ter, em rigor, uma literatura dialectal, por falta de materia prima: o dialecto. O portuguez falado em S. Paulo não constitue mais do que um

começo de diferenciação dialectal, abortada pelo rigoroso impulso do progresso, que tudo abalou e transformou.

O proprio caipira, o caipira classico, que nós todos conhecêmos há vinte ou trinta anos, vai desaparecendo da maior parte do Estado. Isso não impede que se possa escrever, como Valdomiro Silveira, contos excelentes numa linguagem esmaltada de provincianismos, quando o assunto é tirado á vida da roça; nem obsta a que um poeta, como Cornelio Pires, faça bonitos sonetos em linguagem caipira (...). Mas dai a termos uma “literatura dialectal” vai alguma distância. Não vejo razões para que a esperemos, - nem para que a desejemos. (O PIRRALHO 111, 4 de outubro de 1913)

Para Amadeu Amaral, há uma “linguagem caipira” mas não um “dialecto”. Para ele, dialeto era “um sistema distinto e inconfundível”, como escreverá na introdução de seu famoso estudo *O dialeto caipira* (1955 [1920], p. 41). Também fala em um processo de “diferenciação dialectal”, que deixa claro o seu uso de dialeto como um processo de diferenciação a partir de uma língua comum. Em relação aos ítalo-paulistanos, não se fala nem em dialeto nem em linguagem. Amaral faz corresponder o dialeto ao território do estado e, portanto, um dialeto é a variante regional do português. Não caberia, com esse sentido do conceito, falar em dialeto de um grupo étnico particular. A referência aos italianos aparece na resposta do escritor Claudio de Souza, alguns números depois:

Abomino toda a litteratura dialectal, seja donde for. O dialecto é uma deturpação ignóbil da lingua, castrando os vocabulos por méra indolencia (...). Ora, viciar a nossa litteratura com tons dialectaes de retrocesso não nos parece obra a acoroçar. Antes, para rir, as espirituosas charges de Juó Bananére, sobre a dialectação que se vai operando entre os italianos residentes em São Paulo e contra a qual o governo se deve precaver, fiscalizando e obrigando o ensino do portuguez aos filhos dos nossos colonos (O PIRRALHO 119, 29 de novembro de 1913)

Há uma concordância com Amaral em relação à definição de dialeto como um processo de diferenciação. A partir da resposta de Claudio de Souza podemos verificar que de fato estava presente na época o entendimento de que os italianos residentes em São Paulo estavam sofrendo um processo de “dialectação”. Se a avaliação estava correta ou não, ou o quanto era compartilhada por outros observadores, é uma outra questão. As informações mais relevantes que nos dá o escritor podem ser percebidas na estrutura opositiva com que constrói sua resposta. “Abomino toda a litteratura dialectal”, “Antes, para rir, as espirituosas charges”. Vê-se que as “charges” de Bananére não são literatura. Revela-se aí uma demarcação dos limites do campo literário.

Na página anterior, o próprio Juó Bananére fazia uma paródia da enquete dando sua versão em sua linguagem particular:

**Vucê cunhece a literatura arigionale? Quale só os migliore originaliste?**

Os migliore arigionaliste só io. As mia nutabile carta d’Abax’o Pignes é o ‘Rigalegio’

só una opera ingolossale.

O Gorreia (Guinzigno) també scrive in dialetto, ma io non dó a pinió inzima d'elli pur causa che io non capisco o che illo scrive. (O PIRRALHO 119, 29 de novembro de 1913)

É o próprio Juó Bananére quem nos confirma o sentido de “dialetal” como “regionalista”, realizando a substituição dos termos já na sua reprodução macarrônica da pergunta. Há uma sobreposição entre diferentes sentidos de dialeto. A própria pergunta da enquete parece justificar-se por uma correspondência entre “dialetal” e “regional”, entendido pelo recorte geográfico do estado. Nesse sentido, a auto identificação de Bananére como regionalista gera efeito cômico exatamente por romper com esse sentido, já que ele poderia, na melhor das hipóteses, considerar-se representante de um grupo social limitado e não de uma região. Amadeu Amaral, enquanto estudioso do dialeto entendido em termos mais técnicos, como um processo de diferenciação linguística que se estabiliza em um sistema distinto e inconfundível, não esconde seu incômodo com a formulação da pergunta.

Há, no período em questão, um terceiro sentido da palavra dialeto<sup>4</sup>, mais ligado ao uso cotidiano, que a entende simplesmente como modo de falar, linguajar ou sotaque. Podemos verificar um exemplo claro desse uso na revista carioca *O Malho*: “Perto, um fiscal da Light dizia a um companheiro, no seu dialecto lusitano: - O phutogrepho t'rou um ritrato do raio do xégo e eli nãoem o biu” (O MALHO 1397, 22 de junho de 1929, p. 38). É bastante revelador para o nosso problema que o dialeto implique em uma simulação gráfica de uma oralidade específica. A analogia com o texto de Bananére é bastante evidente. O sucesso do dialeto ítalo-paulistano atribuído a Juó Bananére na bibliografia pode estar relacionado com um deslocamento entre esses diferentes sentidos da palavra.

De fato, como pudemos verificar, havia a avaliação de que a população de italianos em São Paulo estava passando por um processo de dialetização, o que indicaria a formação de uma comunidade de fala. Nesse caso, poderíamos nos referir ao sentido de dialeto usado por Amadeu Amaral, ainda que ele não parecesse reconhecer esse processo em relação aos ítalo-paulistanos. Parece ir além de nossos limites indicar um “erro” nessa interpretação sem possuímos condições práticas de averiguá-la. Mesmo assim, podemos levantar a hipótese de que se estavam agrupando os italianos sem dar atenção à pluralidade linguística e identitária interna a esse grupo. Trata-se, no final das contas, de um olhar em direção ao outro, a demarcação de um limite identitário atribuído.

Reforça essa hipótese o fato de não encontrarmos essa avaliação nos periódicos em língua italiana. Nas poucas vezes em que se referem à relação da linguagem de Juó Bananére com a dos ítalo-paulistanos, o fazem em tom crítico e indicando apenas o italiano com dificuldades em usar o português. Em 1926, *Il Pasquino Coloniale* descreve Bananére como um jovem que “nei momenti di svago si divertiva a burlare gli italiani che, senza saperlo, vogliono parlare il

4 O sentido de dialeto referido à situação linguística italiana aqui não está em questão.

portoghese” (IL PASQUINO COLONIALE 951, 23 de janeiro de 1926).

Uma outra perspectiva nos é oferecida por alguns relatos memorialísticos, como os de Zélia Gattai (1984; 2000) e Jacob Penteadado (2003). Claro que os textos memorialísticos apresentam problemas metodológicos muito particulares para servirem como fonte da época narrada. Apresentam, por outro lado, uma enorme potencialidade por descrever pormenores difíceis de encontrar em outras tipologias de fontes. O que podemos verificar nesses textos é que a representação linguística de um falar macarrônico é atribuída a alguns tipos sociais específicos, em contraposição a uma outra italianidade. Veja-se o exemplo retirado de Jacob Penteadado:

A seguir, quase à meia noite, deu-se início à quadrilha. Como marcador apresentou-se o Mastro Pepe, um proprietário de carroças, lá do Catumbi. Mas o homem fazia tamanha confusão e falava tão mal, no seu dialeto ítalo-paulistano-macarrônico, que acabou por ouvir do chefe da orquestra, Mastro Alfonso:

- Mastro Pepe, isso stá tutto sbagliato!

O marcador parou de súbito, olhou feio para seu patrício, e berrou, zangado:

- E faccite vui! (PENTEADO, 2003 [1962], p. 255)

Curiosamente, a fala que imediatamente identificaríamos com a língua macarrônica de Bananére é de Mastro Alfonso, “isso stá tutto sbagliato”. Mas o conceito aparece no trecho para demarcar a alteridade, aquele que fala de um modo diferente, que ninguém entende. E justamente a fala atribuída a Mastro Pepe é menos macarrônica, podendo ser reconduzida à definição de dialeto como aparece no contexto italiano. É também significativo o possessivo que o acompanha, o “seu dialeto”. Entendido aqui simplesmente como modo de falar, poderíamos ter tantos dialetos ítalo-paulistanos quantos forem os ítalo-paulistanos.

Também nas obras memorialísticas de Zélia Gattai podemos encontrar a designação de um linguajar macarrônico como espaço da alteridade. Os dialetos italianos nos textos de Zélia Gattai ocupam um espaço marginal. Eles aparecem pontualmente em poucas passagens, como quando Zélia afirma que “em casa pilheriávamos dizendo, em dialeto vêneto, que aquela era marca ‘dei chuquetoni’, ou seja, dos bêbados” (GATTAI, 1984, p. 130). Mais importante é o fato de que, mesmo pontualmente citados, não haja uma distinção muito clara para a autora entre dialetos e língua italiana e de que raramente aparecesse o problema do pouco domínio do italiano por parte dos italianos. Exatamente por isso, é bastante revelador que as poucas personagens que não se exprimem bem em italiano, usando algumas expressões dialetais, sejam justamente aqueles poucos que a autora também representa graficamente como pouco hábeis no português.

Esse critério composicional permite ligar o problema da representação linguística à construção discursiva da identidade. As personagens que se expressam em um tipo de macarrônico dialetal-português com traços de oralidade nos dois registros são justamente os identificados

como meridionais ou ligados a algum elemento popular, seja aos bairros populares ou a algum tipo ambulante. Vejamos:

- Como que mal? – respondeu Rocco bufando. – E as paisagem? Questa árvore aí esconde o meu vurcão... daqui a póco ninguém vai vê mais nada da rua! Arranco logo questa porcaria! (...) a língua cada vez mais enrolada, misturando napolitano com português. (GATTAI, 1984, p. 16)

- Ádgio pérsó a grapa mia! Ádgio pérsó a grapa mia! (Perdi minha cabra!)

Linguajar mais atrapalhado aquele! Era preciso muita prática para entendê-la. Dona Caropita esquecera sua língua natal, não aprendera o português.

(...)

-Agora vamo espiá no galinheiro!

(...)

- É. Às veis, quem sabe? (p. 83-84)

São personagens bem distintos. Rocco é o proprietário da casa alugada pelos Gattai e Dona Caropita é uma “cabreira” pobre. A única coisa em comum entre os dois é o fato de a autora os enxergar como uma alteridade. Os italianos meridionais, tal como ela os caracteriza, representam o outro de si mesma. Em comum com a língua macarrônica de Bananére, temos a prevalência de uma oralidade popular no português que compõe essa representação linguística, misturada com dialetos italianos, que também carregam, nesse caso, um apelo ao popular. Trata-se de um cruzamento entre critérios sociais e regionais.

## 5. Considerações finais

Retornando à pergunta inicial deste artigo, podemos afirmar que houve efetivamente um dialeto ítalo-paulistano, mas se tratava de uma língua literária e, mesmo assim, com muitas variações. O quanto essa língua refletia um falar ou dialeto de um grupo social é bastante difícil de verificar, como vimos. Há uma lacuna que precisamos respeitar. No entanto, há muitos elementos para desconfiar de que o conceito encerra um processo de demarcação identitária generalizador.

Caberia, então, nos perguntarmos porque o termo consolidou-se dessa forma e sofreu os deslocamentos de sentido em direção a uma cada vez maior generalidade. Uma hipótese bastante plausível é que, uma vez que a personagem de Juó Bananére se desenvolveu em aproximação com as personagens caipiras, o uso comum do conceito de dialeto caipira tenha gerado um correlato ítalo-paulistano, reforçando o cruzamento entre os diferentes sentidos da palavra

dialeto, muitas vezes baseado em uma avaliação social pejorativa.

Por fim, vimos que o dialeto ítalo-paulistano se apresentou sobretudo como uma demarcação identitária do outro, enquanto entre os próprios ítalo-paulistanos ele foi usado para indicar algum tipo social particular e não toda a nacionalidade. Desse modo, enquanto a pluralidade e fragmentariedade da experiência imigratória vai se tornando mais distante, a identificação do italiano como um tipo popular único pode gradualmente prevalecer.

## Referências

- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. gramática – vocabulário. Prefácio de Paulo Duarte. São Paulo: Anhembi, 1955.
- ANDRADE, O de. Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe. 2ª ed. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990 [1954].
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do romance I: A estilística*. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BANANÉRE, J. (Alexandre Ribeiro Marcondes Machado). *La divina increnca*; reprodução integral da primeira edição de 1915 com textos introdutórios de Otto Maria Carpeaux e Antônio de Alcântara Machado. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- CAPELA, C. E. S. *Juó Bananére: Irrisor, irrisório*. São Paulo: Nankin; Edusp, 2009.
- CARELLI, M. *Carcamano e Comendadores: Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930)*. Tradução de Lygia Maria Pondé Vassalo. São Paulo: Ática, 1985.
- CENNI, F. *Italianos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2011.
- CROCI, F. “Il Richiamo delle Lettere: Lingua, Cultura e Identità nelle Corrispondenze Epistolari dei Migranti Italiani in Brasile”. *Revista de Italianística*, n. 17, 2008, pp. 69-88.
- FROSI, V. M.; RASO, T. “O italiano no Brasil: um caso de contato linguístico e cultural”. In: *Contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- GATTAI, Z. *Anarquistas, graças a Deus*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Città di Roma*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PALLOTTI, G. *La seconda lingua*. Milano: Bompiani, 1998.
- PENTEADO, J. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*. 2ª ed. São Paulo: Carrenho Editorial; Narrativa Um, 2003 [1962].
- SILVA, Ivan. “O linguajar paulistano”. *Planalto*, São Paulo, 1941.
- VEDOVELLI, M. (Org.). *Storia linguistica dell'emigrazione italiana nel mondo*. Roma: Carocci Editore, 2011.

Recebido em: 02/09/2020

Aprovado em: 17/12/2020